

AS NAUS: PASSADO E PRESENTE NO CONSCIENTE PORTUGUÊS

Raquel Cristina dos Santos Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
xrevistateialiterariax@hotmail.com

Na verdade, o primeiro livro no qual encontrei um eco de muitas preocupações da minha geração, e minhas também, foi *As Naus*. Com *As Naus*, eu encontrei o primeiro livro, a primeira ficção, onde toda a História portuguesa como ficção de si mesma se exorciza (não foi sempre ficção mas cedo começou a ser ficção).

(Eduardo Lourenço, *Divagação em torno de Lobo Antunes*)

As naus: passado e presente no consciente português

A partir do estudo de um dos romances do escritor português António Lobo Antunes, *As naus* (1988), pretende-se mapear, na obra do escritor, algumas representações literárias relevantes para a formulação de entendimentos acerca da condição pós-colonial. Os pressupostos teóricos e metodológicos deste trabalho estão associados a algumas contribuições críticas de textos históricos, filosóficos e literários de estudiosos que abordaram aspectos do processo de descolonização e dos seus consequentes conflitos e dilemas sociais enfrentados principalmente pela sociedade portuguesa.

Palavras-chave: António Lobo Antunes; *As naus*; Pós-colonialismo.

As naus: past and present in Portuguese consciousness

Taking as a starting point the study of *As Naus* (1988), a novel by Portuguese writer António Lobo Antunes, an attempt is made to map, in the writer's works, some literary representations considered relevant to the understanding of the post-colonial condition. The theoretical and methodological assumptions informing this essay derive from critical contributions in historical, philosophical and literary texts by scholars who dealt with aspects of the de-colonization process faced by Portuguese society, as well as with the conflicts and social dilemmas thereof.

Key-words: António Lobo Antunes; *As naus*; Post-colonialism

Em 1988, passados catorze anos da Revolução de Abril, com as antigas colônias africanas independentes e Portugal integrado à Comunidade Económica Europeia, surge no panorama literário português um romance que dialoga com a formação da identidade nacional portuguesa. Em *As naus*, António Lobo Antunes propõe um ajuste de contas com a história que destacou Portugal como império marítimo no cenário europeu do século XVI. As narrativas apresentadas no romance, ambientadas nas décadas finais do século XX, dão conta da ruína em que se encontra aquele império. O *passado glorioso* vai de encontro ao presente desesperançoso e os personagens do romance procuram viver cada qual o seu juízo final: é “passar a vida a limpo, desde o início, num ponto qualquer do mundo.” (ANTUNES, 2002, p. 137), como propôs o personagem retornado da antiga colônia portuguesa Guiné - Bissau.

Ao longo do romance, é apresentada uma revisitação à História portuguesa das navegações. Em uma referência clara ao período da expansão

marítima, o autor grafa por todo o texto as palavras: *Lixboa, Loanda e reyno* ao estilo ortográfico do século XVI.

A escrita de Lobo Antunes percorre mares que outrora foram desbravados por Vasco da Gama e deles toma emprestados os seus gloriosos navegadores, destituindo-lhes da aura mítica a eles atribuída. O escritor os reveste de alegorias que constroem imagens inusitadas e surpreendentes acerca dos mitos culturais da identidade portuguesa. Desse modo, liberta-os da categoria de mito e os metamorfoseia em seres humanos dotados de erros, de acertos, de sentimentos e de desejos.

É por uma cidade de Lisboa degradada, sucateada e prostituída que os mitos culturais ressuscitados pelo escritor circulam. A História pós-colonial portuguesa passa a ser contada através das histórias dos colonos que retornam a Lisboa.

Sobre a representação da cidade no contexto cultural de uma sociedade, o Professor Renato Cordeiro Gomes afirma que “a cidade, enquanto organização espacial da sociedade e da atividade cultural, adquire um valor explicativo-hermenêutico fundamental ao processo histórico-cultural” (GOMES, 2004, p. 119). Desta forma, a partir das representações da cidade de Lisboa e de todos os que circulam por ela ao longo do romance, o autor mostra que um outro processo histórico-cultural marcou a sociedade portuguesa pós-revolucionária: o redimensionamento de um lugar simbólico no mundo.

Convém ressaltarmos que a cidade de Lisboa adquire um destacável valor no romance de Lobo Antunes, por ter o valor histórico da expansão marítima gravado na sua geografia tendo sido o palco da Revolução de Abril, e, conseqüentemente, ser o cenário principal da virada na História portuguesa.

Lobo Antunes focaliza uma cidade inóspita, apresentando uma leitura pessimista da sociedade dos anos de 1970. Em um dos relatos iniciais do romance o personagem do retornado Pedro Álvares Cabral declara:

Então poisámos a bagagem no terreiro, por cima dos agapantos que as mangueiras mecânicas aspergiam em impulsos circulares, perto dos operários que trabalhavam nos **esgotos da alameda** que conduzia ao estádio de futebol e aos prédios altos do Restelo, [...] Abaixo, **na Rua de Arroios com obras nos esgotos e um caterpillar a entupir o trânsito, ficavam capelistas decrépitas, bares de prostitutas e merceariinhas** manhosas **enxameadas de operários de pavio de bagaço aceso no castiçal da mão.** [...]

Como se **houvesse também guerra aqui**, pensou Pedro Álvares Cabral, como se um morteiro destruísse os prédios. [...] **num reyno onde os marinheiros se coçam, desempregados, nas mesas de bilhar, nos cinemas pornográficos** e nas esplanadas dos cafés, [...] (ANTUNES, 2002, p. 10; 32; 68. Grifos nossos).

Um redemoinho de imagens desfiguradas e deslocadas dos seus tradicionais contextos históricos é apresentado por António Lobo Antunes. Assim, o escritor promove na sua ficção um movimento de desestabilização dos valores culturais que, muitas vezes, na tradição portuguesa passaram como valores inquestionáveis. Ao ler a sua obra, em articulação com os pressupostos de Piglia (2001), perguntamo-nos se não será este um dos papéis da literatura: o de profanar espaços sagrados das sociedades, propondo contra-relatos que enfrentem os relatos oficiais.

Em uma entrevista concedida à revista *Margens*, Fredric Jameson comentou que “a função mais importante da arte continua sendo a desmistificar ideologias” (2006). Não é o que propõe a arte narrativa do romance *As naus* de Lobo Antunes? Não converge para a renovação ideológica surgida com a tardia queda do Império? Em *As naus* essa renovação acontece quando há a desapropriação das tradicionais concepções que cercavam alguns dos mitos da História Imperial. Como, por exemplo, a cena em que o personagem Pedro Álvares Cabral está procurando emprego pelas ruas de uma Lisboa em ruínas:

De manhã, enquanto a mulata dormia anestesiada de anis, [...] eu procurava emprego nas redondezas a fim de satisfazer os juro dementes do gordo: oferecia-me de aprendiz no martelar satânico, de sangue nas têmporas, [...] tentava provar a capatazes de bóina aos quadrados que era tão dextro como os cabo-verdianos das obras a furar à picareta o alcatrão das ruas, ou convencer os inspectores sanitários, de bafo de lula doente, que governava melhor os urinóis municipais do que os reformados trôpegos que despejam cartuchinhos de soda cáustica em regos de pedra onde uma espuma leveda e borbulha. A pouco e pouco, [...] alargou a sua busca inútil a zonas mais distantes da cidade, perto do bairro da lepra onde as carroças da Câmara moíam os eixos todo o dia; [...] mendigando trabalho aos porteiros-valetes-de-espadas das boites de putas; [...] (ANTUNES, 2002, p. 66).

Há outras personalidades emblemáticas de valores significativos para a memória e a identidade nacionais portuguesas que são convertidas em bizarros personagens do romance, como “um homem de nome Luís a quem faltava a vista esquerda” (ANTUNES, 2002, p. 19) – personagem que é uma alusão ao escritor Luís Vaz de Camões –, sentado há dias sobre uma urna, em

que carregava o corpo do seu pai, à beira dos limos da água do Tejo, onde se encontrava “a nau das descobertas” (ANTUNES, 2002, p. 11). O célebre Vasco da Gama, na condição de reformado e ativo jogador de baralho e o ilustre navegador Diogo Cão que se tornou alcoólatra, além de ser “fiscal da Companhia das Águas” (ANTUNES, 2002, p. 20-21; 65) em Luanda.

Há outros personagens que figuram no romance como personagens degradados: Padre António Vieira surge na narrativa ao ser expulso dos “cabarés de Lixboa” (ANTUNES, 2002, p. 124). Podemos verificar ainda o que podemos considerar como o retrato máximo, no romance, da decadência moral da sociedade portuguesa da Pós-Revolução: a encenação de figuras emblemáticas da história ligadas à prostituição, como o Senhor Francisco Xavier, o missionário católico das navegações; Manuel de Sousa de Sepúlveda, o desbravador português do naufragado São João; Fernão Mendes Pinto, o quinhentista peregrinador das embarcações marítimas. Todos foram transmutados em cafetões, sendo assim protagonistas da promiscuidade apontada no romance:

– Muito bem, fradinho, disse ele [...] No sábado arribam pelo menos seis aviões e duas fragatas da Guiné: [...] me forneceu sete dezenas de vestidos de lamê e três caixas de pomada antivenérea, pinturas, pós, lápis de pálpebras [...] Depois de amanhã quero pelo menos vinte e cinco mulheres da vida a trabalhar lá em baixo. [...] mandei na segunda-feira, embelezadas de lantejoilas e de xailles, trinta e oito africanas para as discotecas da Avenida Almirante Reis e do Martim Moniz, sem falar, [...] nas que espalharam as ancas demoradas pelos jardins e pátios da cidade, de Belém à Ajuda, fumando no passeio Malboros pacientes. [...] Manoel de Sousa de Sepúlveda [...] Às dez da noite entrava no Bar Dona Leonor [...] e dirigia do balcão uma manada de raparigas lânguidas e de septuagenários desbocados que a idade assanhava, os quais trepavam a artrite ao longo de coxas cobertas de meias de seda em que rebentava uma carne de talho. [...] falsificava os coqueteiles acrescentando-lhes um terço de xarope de botica ou uma medida de loção contra a calvície do droguista vizinho, tomava o pulso às bebedeiras para impedir estragos no veludilho dos bancos, regulava a intensidade da música consoante a temperatura da clientela, [...] entendeu-se com Fernão Mendes Pinto e o senhor Francisco Xavier sobre os pormenores de recrutamento e manutenção de um contingente razoável de mulatas, [...] (ANTUNES, 2002, p. 104-106; 123 -124; 126).

Podemos ainda citar mais dois fragmentos d’*As naus* que evidenciam e explicam a desmistificação da figura do célebre *missionário indiano*, o Senhor Francisco Xavier, que dialoga com Pedro Álvares Cabral na Residencial Apóstolo das Índias – pensão mantida com a prostituição das mulheres que lá

se hospedavam, conhecidas no romance como “mulatas do senhor Francisco Xavier” (ANTUNES, 2002, p. 124), que trabalhavam à noite nas *boites* dirigidas por Manoel de Sousa de Sepúlveda

– **A tua esposa vai trabalhar lá em baixo num bar até a contazinha da pensão ficar paga, decidiu o indiano a esfregar com empenho a fazenda das virilhas.** [...] arrasto a cadeira de baloiço de palhinha para o centro do vestibulo, [...] apago a luz e fico à espera, a soprar com força no escuro, que elas regressem das boites de Arroios ou das árvores do Campo de Santana, exaustas, despenteadas, de sapatos na mão, com o baton desbotado pelos beijos dos clientes, [...] enquanto aguardo que as mulheres trepem, encosta acima, das discotecas de vodka marado do Bairro das Colônias e da Luciano Cordeiro, que entrem na pensão tontas de vinho falso, que passem por mim sem me notarem sequer, a fim de estender o braço para a última, para a mais bêbeda e sonolenta e desprevenida de todas, a espalmar contra os relevos do balcão, lhe levantar as lantejoilas da saia e lhe lavar as coxas, à força, numa energia de arado, [...] (ANTUNES, 2002, p. 39; 41 – 43. Grifos nossos).

O que podemos observar no romance *As naus* é o latente desejo de renovação das imagens históricas e culturais projetadas por séculos em Portugal. É um movimento cultural e literário semelhante ao ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 em Angola, conforme considerou o professor Hüssel Hamilton, ao declarar que:

Verificou-se um desejo de recontar o passado longínquo, assim como história vívida do presente. Uma função desse processo de reformular a história da nova nação tem resultado em obras que ou recontam e re-mitificam, ou questionam e contestam aspectos sociais, políticos e culturais do passado e da história contemporânea (HAMILTON, 2000, p. 26).

Com *As naus*, António Lobo Antunes retoma as referências nacionais do passado português para redimensioná-las, contestando e questionando os resultados sociais da empreitada imperial, iniciada há quase seis séculos, aproximando-se, desse modo, da reformulação histórica que o professor Hamilton mencionou sobre o movimento artístico surgido em Angola.

O título desse romance de Lobo Antunes – *As naus* –, cujo nome inicial era *O Regresso das caravelas*, já concede ao leitor uma pista sobre a questão central, que será o eixo condutor de cada capítulo ao longo da obra. Trata-se de um romance que destaca o retorno de uma longa viagem que não deu certo.

Longe de ser um roteiro de viagem ou um diário de bordo, *As naus* tratam das viagens de regresso dos colonos portugueses que estiveram na África enquanto Portugal deteve o poder sobre algumas nações africanas, como Angola, Moçambique, Cabo-Verde e Guiné-Bissau. Com o fim próximo do Império Colonial e a *corrida* dos africanos em busca do poder, um clima tenso de violência extremada se instaurou nesses territórios africanos, tornando insustentável a permanência de milhões de portugueses nas antigas colônias portuguesas:

[...] na esperança de vaga para fugir de Angola e das metralhadoras que todos os dias cantavam nas ruas brandidas por negros de camuflado, bêbedos de cálices de aftershave e autoridade. Um chanceler que consultava papéis e pulava sobre os corpos deitados pingava um nome de hora a hora, e por detrás dos vidros milícias da UNITA de pulseiras de crina e lanças emplumadas, orientados por conselheiros americanos e chineses, vigiavam-nos sob os tubos de flúor do tecto. [...] A violência das explosões dos morteiros, das bazooças e dos canhões sem recuo estremecia as lagunas de Bissau, sobrepondo-se aos relâmpagos de março. [...] As naus aportavam vazias e partiam cheias, convexas de gente e de caixotes. Bissau despovoava-se de brancos e o início da estação das chuvas encontrou-os sem saber o que fazer numa terra de selvagens triunfais que estilhaçavam à metralhadora os postigos das fachadas. [...] Se os brancos diminuía, os pretos, em compensação aumentavam nas casas atoladas nos caniços dos rios (ANTUNES, 2002, p. 12; 51; 53; 55).

O abandono do território africano pelas tropas portuguesas sem qualquer transição política e nem cooperação técnica e econômica (SARAIVA, 2005, p. 374) aos países africanos contribuíram para a agravante situação de miséria e de conflitos civis desencadeados nesses países. Eles encontravam apoio político e financiamento econômico na comunidade internacional para a manutenção do conflito civil, como bem destaca Lobo Antunes no romance *Boa tarde às coisas aqui em baixo* (2003) ao apresentar uma nação angolana sem qualquer estrutura social para coordenar as imediatas e violentas mudanças políticas advindas com a independência do seu território. Antes mesmo da conquista da liberdade, colônias como Angola e Moçambique já viviam concomitantemente à guerra colonial, conflitos internos dirigidos normalmente entre dois núcleos políticos ideologicamente distintos: em Angola, o **MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola e a **UNITA** – União Nacional para a Independência Total de Angola –, e, em Moçambique a **FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique – e a **RENAMO** – Resistência Nacional

Moçambicana. Em *As naus*, estão registrados alguns desses conflitos, principalmente, no território angolano:

Os pretos tomaram conta disto tudo, instalaram ninhos de metralhadoras jugoslavas nas arcadas, assassinaram-se uns aos outros a tiros de canhão, iam e vinham da mata açodados por vinganças sangrentas. [...] Negros de uniforme cubano disputavam à metralhadora a fortaleza de S. Paulo (ANTUNES, 2002, p. 153; 228).

O fim do império colonial, tanto na sociedade dos colonizados africanos como na dos colonizadores portugueses, deu início a uma época de intensas e violentas crises nos âmbitos da política e da economia de ambos os continentes.

Em *As naus*, o autor focaliza especificamente o período do naufrágio da ideia de Império Ultramarino. Como sabemos, em 1974 já não há império senão um império discursivo de uma ex-metrópole em meio a crises econômicas e políticas já tão agravadas com a guerra colonial, e intensificadas com o fim da colonização na África.

Não podemos afirmar ao certo uma data específica, porque as ações do romance se passam “em vários tempos misturados” (ANTUNES, 1988, p. 73). As histórias lá narradas cobriram, como afirma ironicamente o escritor, “vários governos amplamente democráticos” (*Ibidem*). É um romance intemporal, constituído pelo entrelaçamento de micro-ficções que se alternam espacialmente e temporalmente. Sobre as medidas temporais do romance, Maria Alzira Seixo afirma que

A mistura efabulativa, no plano da narração, de dados epocais completamente diferentes é um dos processos mais frequentes da ficção pós-moderna, assim como a utilização sistemática de componentes paradoxais, de que fazem parte as incongruências de tempo que encontramos em **As Naus** (2002, p. 171).

A transversalidade temporal é, como afirma Lobo Antunes, “uma tentativa de dar, sob forma onírica, o retrato deste país [Portugal], em que o passado e o presente se misturam” (ANTUNES, 1988, p. 8). Na verdade, as referências temporais e políticas desenvolvidas ao longo do romance nos permitem considerar que o romance *As naus* se endereça diretamente ao momento posterior à Revolução dos Cravos, como nos mostra uma das vozes narrativas, na descrição das condições de vida dos colonos portugueses em Guiné-

Bissau: “Uma noite escura escutaram por acaso na telefonia, num vendaval de assobios, a revolução de Lisboa, [...]” (ANTUNES, 2002, p. 51).

A Revolução de Abril foi um acontecimento político que visava, como um dos seus objetivos centrais, pôr fim à guerra colonial. Torna-se importante ressaltar que foram as guerras no ultramar que induziram o levante militar das forças armadas portuguesas e resultaram na independência das nações africanas, subjugadas pelo poder português. “Portugal fazia a última revolução também para findar o último império.”, declarou o historiador Lincoln Secco (2005, p. 7). Em entrevista, o ex-presidente português Mário Soares esclareceu que

O 25 de Abril resultou, essencialmente, do facto dos militares não quererem mais continuar, indefinidamente, com as chamadas missões de guerra no ultramar. (...) A Guerra Colonial fez apodrecer o regime o que, por sua vez, levaria necessariamente ao 25 de Abril e à descolonização (SOARES *apud* RIBEIRO, 2004, p. 233).

Lemos neste romance de Lobo Antunes as consequências pós-revolucionárias o fim da guerra colonial, o conflito civil na antiga África portuguesa e o retorno dos regressados da África. São temas que sustentam as reflexões contemporâneas em torno de uma readequação da ideia do papel português na história. Pouco a pouco, *As naus* “foi inventando um outro país” (LOURENÇO, 2003, p. 353), refazendo a mitologia da História portuguesa. Navegar pelas *naus* de Lobo Antunes nos conduz à descoberta de um instigante horizonte cultural que se caracteriza pela ruptura de valores e ideologias que moldavam o opressor Estado português da ditadura de Salazar.

O romance propõe uma revisão do passado tradicional e o redimensionamento cultural do país no contexto pós-revolucionário. O autor constrói uma ficção que propõe uma nova versão para o passado português, desnudando métodos e procedimentos menos gloriosos do que os que foram propagados ao longo do colonialismo, dando início a uma nova e singular “autognose” portuguesa, que teria a preocupação de descobrir, nas palavras de Eduardo Lourenço, “quem somos e o que somos como portugueses” (LOURENÇO, 2005, p. 84).

Revolução dos Cravos: o anúncio do fim da ditadura

Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti ó cidade
[...]
Grândola, vila morena
Em cada rosto igualdade [...]
(José Afonso, *Grândola, Vila Morena*)

Os versos trazidos em epígrafe compõem fragmentos da canção *Grândola, Vila Morena*, de José Afonso, canção caracterizada como hino da Revolução de Abril, popularmente conhecida como a Revolução dos Cravos, é referenciada no romance *As naus*, de Lobo Antunes. Retomaremos parte do fragmento já destacado anteriormente a fim de ficar bem esclarecida a captação dessa circunstância temporal, ocorrida em Lisboa, pelo narrador em um dado momento do texto:

Uma noite escutaram por acaso na telefonia, [...] a revolução de Lisboa, notícias, comunicados, marchas militares, a prisão do governo, canções desconhecidas, e no dia imediato a tropa parecia menos crispada, os bombardeamentos rarearam, pretos de óculos flamejantes e camisas de feriado instalaram-se nas esplanadas e nos largos no lugar dos brancos (ANTUNES, 2002, p. 51).

O trecho destacado aponta para a situação de muitos colonos portugueses em Guiné-Bissau que estavam recebendo notícias da Revolução de Abril em Lisboa, pois são as “marchas militares” (ANTUNES, 2002, p. 51) dos soldados do **MFA** que se escutam. São, portanto, as marchas dos líderes do levante revolucionário que derrubaram os 48 anos de ditadura em Portugal e aprisionaram os governantes do sistema repressor de Marcelo Caetano, almejando pôr fim aos treze anos de massacre colonial em territórios africanos e desejando trazer na ponta de seus rifles a liberdade para toda a sociedade portuguesa que ainda se encontrava sob o jugo dos sucessores de Salazar.

As “canções desconhecidas” entoadas poderiam ser músicas marcantes que desempenharam, na sociedade, uma função aglutinadora, como *Grândola, Vila Morena*, de José Afonso e, *E depois do adeus*, de Paulo de Carvalho, por exemplo, canções que funcionaram como senhas para a liberdade, no contexto da Revolução.

A canção *E depois do adeus* foi a primeira senha que a rádio devia tocar para dar o sinal positivo para se prosseguir com o ideal do levante para,

posteriormente, tocar *Grândola, Vila Morena*, senha que indicava para as tropas mais afastadas de Lisboa de que podiam avançar, confirmando, assim, que a Revolução conquistava o seu ideal, inicialmente, proposto.

Com expansiva repercussão internacional, a Revolução dos Cravos ganhou notoriedade em diversas partes do mundo, principalmente, no Brasil, país que ainda vivia sob um clima tenso e opressor na política. Temos na produção cultural brasileira desta época a canção *Tanto mar*, de Chico Buarque, tendo sido censurada em sua primeira versão por ser uma saudação direta à Revolução portuguesa de Abril.

Com o passar do tempo e da euforia provocada pela conquista da liberdade, os idealizadores do movimento revolucionário começaram a perceber e a encontrar resistência política para concretizar um dos objetivos prioritários da Revolução: a descolonização da África portuguesa. A Revolução começava, assim, a conhecer os seus inimigos internos. No dia seguinte ao 25 de abril, as desavenças ideológicas já se destacavam entre os integrantes do golpe militar, principalmente, em relação à questão ultramarina. Já no primeiro pronunciamento do então presidente, general Spínola, as divergências políticas se evidenciavam ao ter de proclamar o programa elaborado pelo MFA por duas vezes (FARIA, 2001, p. 52).

Na primeira declaração, o general havia deixado clara a intenção de não promover a total independência às colônias portuguesas em África, pois Spínola afirmou que “seria mantido o Portugal pluricontinental” (*Ibidem*).

Mas, logo depois, no mesmo dia, teve de surgir com outra declaração, que emendava o primeiro enunciado, afirmando que “pretendiam lançar os fundamentos de uma política ultramarina que conduzisse à paz” (FARIA, 2001, p. 52).

Para os partidos Comunista e Socialista, que também pertenciam ao movimento revolucionário, o único fundamento político que resultaria na paz das antigas colônias portuguesas e do mercado econômico em Portugal seria concretizar o preceito básico que dera origem à Revolução – a descolonização total das antigas colônias portuguesas. Os revolucionários almejavam a autenticação das independências na África, como registra Lobo Antunes no

romance *As naus* através das afirmações do angolano ao comentar com Manoel de Sousa de Sepúlveda o processo de transformação política em Lisboa:

Uma manhã o engraxador do café, de voz rente aos sapatos, a estalar o pano do lustro nas biqueiras, informou-o de que haviam sucedido acontecimentos estranhos em Lisboa: o governo mudara, falava-se em dar a independência aos pretos, imagine, os clientes dos folhados de creme e das torradas indignavam-se (ANTUNES, 2002, p. 75 – 76).

A concordância entre os núcleos políticos de Portugal só se referia quanto à urgência de cessar o conflito colonial, pois o posterior destino da África Portuguesa foi alvo de intensas e divergentes ações políticas, conforme mostram as declarações de Spínola acerca do programa político e econômico elaborado pelo MFA.

Chico Buarque, na letra da segunda versão da música *Tanto mar*, constrói versos que ilustram bem as dificuldades para se manterem os ideais utópicos almejados em Portugal: “Já murcharam tua festa, pá / mas, certamente / esqueceram uma semente nalgum canto de jardim”. Em Portugal, escritores, como a poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen, também registraram nas suas obras literárias as contraditórias realidades social e política vividas após a tão idealizada e esperada Revolução. Em um de seus poemas, Sophia de Mello Breyner sintetiza os rumos políticos tomados após o movimento revolucionário:

Cantaremos o desencontro:
O limiar e o linear perdidos

Cantaremos o desencontro:
A vida errada num país errado
Novos ratos mostram a avidez antiga (ANDRESEN, 2004, p. 249).

Os versos de Breyner Andresen nos fazem pensar quem são os “novos ratos” que passam a mostrar “a avidez antiga” ao denunciar tanto os desencontros idealistas da política dos novos dirigentes portugueses – os que eram da oposição –, como as proposições difundidas por alguns grupos de

base popular trabalhista surgidos, oportunamente, após o 25 de Abril e que resultaram em um longo período conturbado de transição política e econômica em Portugal. Começou a haver uma democratização às avessas, isto é, “com indisciplina [...] manipulando de forma ostensiva e irresponsável a consciência de muitos trabalhadores” (SARAIVA, 2005, p. 369). Essa tinha a pretensão de “instaurar a contestação permanente de toda a autoridade, pondo em sério risco a evolução progressiva e a consolidação da nova ordem democrática” (*Ibidem*).

Entre a madrugada do dia 25 de abril e o amanhecer de sete dias eclodiu o poder popular da Revolução, período em que as mulheres começaram a tomar as creches, os trabalhadores passaram a controlar as fábricas, os bancos e as fazendas (SECCO, 2005). A impressão de tudo ser permitido dava início a uma violenta desordem social em Portugal, como bem assinala e radicaliza o romance *As naus*, ao retratar, por exemplo, o momento em que o personagem Manoel de Sousa de Sepúlveda é surpreendido quando chega à sua casa em Lisboa, invadida por um grupo de pessoas que acreditavam que a Revolução lhes dava o direito de se apossar de imóveis privados:

Empurrou a fechadura, agarrou de novo na mala, acendeu o interruptor, e deu com cinco ou seis colchões desdobrados no soalho, vultos cobertos por lençóis de morgue, embalagens de conserva, garrafas de vinho e um homem em camisola interior, de farripas desordenadas, a erguer-se descalço do sofá numa indignação proprietária, Mas o que é isto, o que é isto? [...] E Manoel de Sousa de Sepúlveda notou que até na varanda ressonavam indivíduos de camisolão de lã [...] açulados pelo das farripas que batia a palma aberta nos cabelos inocentes do peito, chamando os chernes da varanda como testemunhas do seu infortúnio:

– Vocês já viram uma coisa destas, caraças? Já viram uma coisa destas? Isto não é invasão da intimidade alheia nesse caso o que é?

– A casa pertence-me, disse Manoel de Sousa de Sepúlveda [...] Comprei-a há mais de onze anos, cheguei agora mesmo de África [...] amanhã trago aqui a escritura e toda a gente a poder ver.

[...] O dos farripas, que orientava a confusão, abriu-me os braços gordos, irritado:

– Traz a escritura, caralho? Traz a escritura? Eu quero lá saber da escritura, a escritura que se foda: estamos em democracia, seu

camelo, os prédios pertencem a quem mora neles, a época da Pide acabou.

[...]Isto pertence ao povo, amigo, pertence à gloriosa vanguarda do proletariado, foi ocupada revolucionariamente, percebe? [...] (ANTUNES, 2002, p. 81 – 85).

Em Portugal, a liberdade provocou uma *ventania* nos costumes e nos valores, assinalando, portanto, o começo de uma nova e confusa era social e cultural do país, no momento em que todos procuravam por uma renovada e autêntica identificação. De fato, os valores difundidos pela Revolução foram muito distorcidos.

No romance *Exortação aos Crocodilos* (1999), também de autoria de Lobo Antunes, temos registros narrativos de quatro mulheres, protagonistas-narradoras, sobre o problemático período da construção da estabilidade democrática no país. Por meio das palavras das personagens Mimi, Fátima, Celina e Simone, recria-se um cenário de suspense, de mortes e de atentados políticos que bem representa a situação social dos anos posteriores à Revolução de Abril, como o atentado fatal ao Ministro Sá-Carneiro:

o avião do ministro num telhado em Camarate, os empregados do aeroporto a aguardarem o furgão nos fundos, pessoas nas janelas do bairro pasmando para as asas, a fumaça, o que chamavam cadáveres e não passavam de manchas escuras, pedras, tijolos, fragmentos que se unem até compor um homem [...] (ANTUNES, 2001, p. 10).

A violência instalada em Portugal em vários segmentos da sociedade, desde os dirigentes que detinham o poder até o proletariado, quase fez romper uma guerra civil em Portugal. A instabilidade política representada nesses dois romances de Lobo Antunes encontra justificativa nas afirmações do historiador José Medeiros:

O derrube da ditadura e a instauração de um clima de liberdade pública provocaram uma enorme onda de choque em toda a comunidade portuguesa, quer no interior, quer no exterior [...] A liberdade vivida dava a todos a impressão de tudo ser possível para o futuro” (MEDEIROS *apud* MATTOSO, 1983, p. 177).

Acontece entre 1974 e a década de 80 uma luta constante entre ideologias diversas, num clima de turbulentas reações, protestos e prisões ao longo dos seis enérgicos governos provisórios de esquerda. A cada governo provisório, a Revolução se distanciava mais dos preceitos inicialmente propostos pelo MFA que pavimentariam uma realidade social democrática, que prezasse pela instauração permanente da liberdade, igualdade e fraternidade na pirâmide social de toda sociedade portuguesa.

Os documentos históricos, ao registrarem os meses que sucederam a Revolução de Abril, mostram que a fraternidade demonstrada no dia do levante militar e retratada na imagem-símbolo da Revolução só perdurou por alguns dias. As prisões e as censuras enérgicas coordenadas por uma parte dos capitães não condiziam com a fraternidade e a igualdade previstas nos ideais revolucionários de Abril e propagadas internacionalmente. Sobre a questão, vale ressaltar a descrição de Kenneth Maxwell acerca dos acontecimentos deste momento político:

A euforia pela queda do velho regime estava passando. Em janeiro de 1975 houve uma mudança fundamental na atmosfera, o princípio da longa luta entre comunistas e socialistas. Nas próprias forças armadas estavam surgindo conflitos – na verdade, já haviam surgido – que depois dividiriam o MFA em facções rivais (MAXWELL, 2006, p. 171 – 172).

O historiador português Fernando Rosas, em uma das suas palestras, alertou para o fato de que logo após a Revolução, com a tomada do poder pelos militares essencialmente de esquerda, a realidade social não se mostrou tão democrática em relação aos objetivos primários propagados antes do golpe. O professor nos relatou que a tortura e as conseqüentes prisões do período esquerdista foram de intensa brutalidade. Talvez a violência salazarista ainda perambulasse pelas celas do país. Portugal não parecia preparado para as conseqüências sociais e políticas advindas da Revolução.

São os efeitos surgidos a partir da Revolução, a passagem da degradação da ideia de império a uma ordem pública democrática, que o romance *As naus* prioriza. Lobo Antunes narra o cotidiano costurando o

passado e o presente, interrogando, neste processo, aspectos que particularizaram o empreendimento colonial português.

Descortinando a imagem Imperial: os regressados e a crise do espaço pós-colonial

Aqui é a ilha dos navios perdidos,
dos navios abalroados, afundados
nos naufrágios...

[...]

a terra é esta,
os cascos oscilantes
dos mil navios perdidos:
Naus da Índia,
barcos piratas de moiros,
fragatas e caravelas,
navios dos Corte-Reais
onde jazem insepultos
os heróis mais verdadeiros
e os sonhos colossais.
– Nos mastros desmantelados
flutuam,
rotos e desbotados,
estandartes imperiais
e nos porões arrombados,
nos cofres de segredos inúteis,
dormem os tesoiros arrancados
a todos os orientes.

Não há grandeza que baste
Quando a desgraça é tamanha!...
(Joaquim Namorado *apud* Ribeiro, *Aviso à Navegação*)

Neste poema em epígrafe, publicado quarenta e sete anos antes de *As naus*, apreendemos dos versos de Joaquim Namorado o desgaste da imagem mítica em torno da aventura da expansão marítima. É um contra-relato que narra o outro lado da história dos Descobrimentos, destacando-se num momento que discursos reacionários adquiriam novo fôlego. É importante lembrar que irrompe, em Portugal, a “face sem maquiagem” da colonização (RIBEIRO, 2004), que realça como a guerra colonial foi o início da desintegração da ficção imperial, o “início do caminho de regresso de uma “potência mundial imaginária a País real; de *Império mítico*, ou de *futurante Império*, a Pátria actual” (PITEIRA *apud* RIBEIRO, 2004, p. 166) desestruturada economicamente.

Joaquim Namorado denuncia no poema *Aviso à navegação* a farsa da ideologia colonial ainda fomentada pelo Estado Novo, que intencionava e assim o fez reviver no imaginário português a imagem de nação império na África para conceder ilusoriamente sustentabilidade política e econômica ao seu plano governamental, reconhecidamente denominado de lusotropicalismo (RIBEIRO, 2004). Esse se caracterizava pela defesa de uma nação “pluricontinental e multirracial e de um regime que se ocultava por trás desta retórica substitutiva da realidade. O Estado Novo, erguido sobre este mito imperial, iria assim, em África, seguir o seu destino e morrer por ele” (RIBEIRO, 2004, p. 165 – 166). Esta ideologia se prolongou por mais quatro décadas, promovendo estagnação política, econômica e cultural na sociedade portuguesa. Ela resultou em uma “sonâmbula vida de um país onde os sonhos secaram pelo uso corruptor da memória” (Ibidem, p. 167) nacional.

Ao comentar a importância da memória na construção identitária das sociedades, Andreas Huyssen afirma que “o tema rememoração e esquecimento atinge o cerne da identidade ocidental, por mais multifacetada e variada que seja” (2000, p. 70). O crítico ao discorrer sobre a abordagem da memória no contemporâneo contexto cultural contemporâneo afirma que

Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais (2000, p. 9).

De sua parte, os escritores também recorreram à representação da memória para escrever textos que desfizessem e enfraquecessem progressivamente o poder do imaginário português inculcado na sociedade ao longo do século XX. Temos, na primeira metade do século XX, como observamos no poema de Joaquim Namorado, a denúncia contra a ficção oficial orquestrada pelo regime de Salazar.

Podemos notar, mais tarde, na geração da *Poesia de 61*, a representação da revolta e do esfacelamento que a guerra colonial produziu em civis transformados em soldados, sobretudo, em Angola. Destacam-se os poetas Fernando Assis Pacheco e Manuel Alegre, que, sistematicamente,

clamam por uma história portuguesa fundamentada tanto nas experiências individuais como nas coletivas.

Havia o que não esperas: árvores,
altas árvores de coração amargo,
e o vento rodopia e leva
as folhas cegas
sobre a cabeça do homem.
Havia um coto em sangue.
[...]
E as minas / os forninhos /
as armadilhas com troil /
ah não contar-te um décimo
desta libertinagem. [...] (PACHECO *apud* RIBEIRO, 2004, p. 212 – 213).

Quantos desastres dentro de um desastre.
Alcácer Quibir foi sempre
o passado por dentro do presente
ó meu país que nunca te encontraste.
[...]
Estes barcos que partem com homens e armas
não já para colher além do mar a terra
mas
para levar além do mar a guerra.
[...]
Há um tempo parado no tempo que voa.
Porque um fantasma é rei de Portugal (ALEGRE *apud* RIBEIRO, 2004, p. 225 – 226).

Há muitas experiências envolvidas nas tensões coloniais que não correspondem às que foram propagadas pelo regime de Salazar. Constatamos, a partir dos anos de 1970, que escritores que conviveram e sobreviveram à guerra colonial, como António Lobo Antunes, reencenaram, nas suas narrativas, os distúrbios sociais resultantes das metamorfoses políticas e económicas provocadas pelo fim do colonialismo.

A produção literária pós-revolucionária procura dar conta de apresentar as formas pelas quais uma das herdeiras do colonialismo – a cidade de Lisboa –, se reestruturou política e culturalmente na nova dimensão pós-colonial portuguesa. Junto à liberdade inaugurada com a Revolução, nascia um desejo latente de ampla renovação em todos os setores do país que se intensificou nas manifestações artísticas a partir de 1980, conforme as palavras de Eduardo Lourenço em *O Labirinto da Saudade*, ao enfatizar que era de extrema urgência “rever, renovar, suspeitar sem tréguas as *imagens* e os *mitos* que nelas se encarnam inseparáveis da nossa relação com a pátria que fomos, somos, seremos, [...]” (LOURENÇO, 2005, p. 73).

Uma ideologia que objetivava “renovar ao rés-dos-textos (históricos, cartográficos ou culturais) a imagem ou imagens” (*Ibidem*, p. 69) projetadas, anteriormente, em Portugal. O romance *As naus* é uma amostra textual dos anos de 1980 que exemplifica o movimento da reestruturação do olhar cultural português em relação a sua própria história expansionista. É “o romance mais iconoclasta de todos os que se escreveram em Portugal sobre o império” como define Francisco Bethencourt (2003).

Lobo Antunes nos apresenta a cidade de Lisboa como um lugar de passagem, de onde os portugueses partem e para onde regressam buscando refúgio contra os conflitos pós-revolucionários da África portuguesa. É, ainda, em Lisboa que vão consultar os resultados sociais da Revolução de Abril, para finalmente, assistirem, simultaneamente a um acontecimento político grandioso e um período turbulento da história do país.

“Depois da poeira” destacada por Assis Pacheco (1996), depois do fim da agonia imperial no Ultramar, ou melhor, com *The end da ficção* imperial nos cravos de Abril o que vemos no espaço pós-colonial é a “imagem” do “rosto [português] em pedaços” (PACHECO, 1996) com a cor do medo, da angústia. Esta foi a herança do Portugal pluricontinental e plurirracial alimentado pela política de Salazar e Marcelo Caetano.

É a partir de uma das maiores e mais imediatas problemáticas surgidas com o fim do colonialismo – o regresso de milhões de pessoas a Lisboa – que as histórias narrativas de cada capítulo d’*As naus* se desenvolvem. “Famílias inteiras regressavam a Lisboa em longas bichas cansadas” (ANTUNES, 2002, p. 185), o que demonstra claramente que o pós-colonial, para os portugueses, é a história do regresso, como está registrado no romance.

Entre os muitos retornados do romance *As naus* estão personagens que representam figuras notáveis da história da expansão portuguesa, reinventados pelas vozes do romance que narram o espaço pós-colonial português no final da década de 1970. São narrativas de regressos em que passado e presente se misturam constantemente, aludindo aos efeitos causados pelo desastroso desfecho da colonização, principalmente, em Portugal. Umberto Eco diz que “a resposta pós-moderna ao moderno consiste em reconhecer que o passado,

como não pode ser realmente destruído porque sua destruição conduz ao silêncio [...] precisa ser reavaliado: mas com ironia, e não com inocência” (*apud* HUTCHEON, 1991, p. 124).

Encontramos, ironicamente, no romance, histórias de colonos como Pedro Álvares Cabral, convertido em personagem ficcional, retornando de Angola e desembarcando em Lisboa junto aos “clérigos, astrólogos genoveses, comerciantes judeus, aias, contrabandistas de escravos, brancos pobres do Bairro Prenda, do Bairro da Cuca” que “formavam uma serpente de lamentos e miséria aeroporto adiante” (ANTUNES, 2002, p. 13). Muitos desses refugiados eram instalados no Residencial Apóstolo das Índias, assim como Pedro Álvares Cabral e sua família, em um “quarto com mais oito famílias de Angola” (*Ibidem*, p. 35).

No romance, Luís de Camões retorna à pátria num porão de navio arrombado e revestido pelo “crochet meticuloso das aranhas e o cio dos ratos” (*Ibidem*, p. 20), com o corpo do pai que encaixava “sob o beliche” assim “como os restantes passageiros faziam aos cestos e às malas” (*Ibidem*) e aguardando, ao longo de quase todo o romance, um local para poder ser hospedado e enterrar o corpo do pai. Há, ainda, um casal regressado da Guiné-Bissau, que depois de cinquenta e três anos de miséria em território africano retorna a Lisboa. Quando o casal chega, enfrenta uma longa jornada até ser fixado em um espaço permanente e, vagando de abrigo a abrigo, passa, como nos relata o narrador, pelos “luxos de mesquita ou de bordel francês do Hotel Ritz” (*Ibidem*, p. 135), por uma “pensão em Colares”, onde havia “muitas bandeirinhas de países diversos nas fachadas e lençóis rasgados e muros sujos pelos que regressaram de África antes deles” (*Ibidem*), até ser finalmente transferido “com cerca de mais vinte famílias, para uma casa desabrigada da Ericeira aberta às escarpas do oceano, em que a humidade se condensava” (*Ibidem*, p. 136).

Com os relatos dos regressos dos retornados, destaca-se a debilitada e a despreparada infra-estrutura portuguesa em lidar com a nova realidade social pós-colonial, além de mostrar a frustração em relação à não concretização de alguns dos anseios sociais depositados na Revolução de Abril. Como bem

lembrou Kenneth Maxwell, ao longo dos meses a “Revolução das rosas” foi “pétalas para a burguesia, espinhos para o povo” (2006, p. 92).

O que visualizamos, portanto, nas narrativas de Lobo Antunes é a representação da fragilidade do espaço pós-colonial português instalado logo imediatamente à Revolução dos Cravos. Nessa direção, registra-se n’*As naus*:

Para alojar, de entre os que tornavam de África, aqueles cujos corpos conservavam ainda o cheiro e o murmúrio de larvas dos campos de algodão adormecido que os cães selvagens percorriam no seu trote quimérico, o governo desocupou um hospital de tuberculosos que passaram a tossir nos jardins públicos hemoptises cansadas, [...] (ANTUNES, 2002, p. 13; 235).

Com o retorno de portugueses e refugiados da África, agravou-se a antiga crise econômica e o processo de redemocratização em Portugal. Para demonstrar a situação no universo ficcional, António Lobo Antunes encena, por exemplo, o episódio, aqui já mencionado, em que o personagem Manoel de Sousa de Sepúlveda ao chegar a seu apartamento em Lisboa encontra-o invadido por portugueses que após a Revolução tomaram posse do imóvel.

Os regressados do pós-25 de Abril e dos anos finais da década de 1970, retratados n’*As naus*, não são somente os refugiados das antigas colônias portuguesas e as tropas sobreviventes que se retiraram dos campos africanos depois de treze anos de combates, mas, também são os que foram obrigados a se exilar em outros países devido à opressão da censura aos intelectuais no sistema ditatorial de António de Oliveira Salazar.

Os regressados depararam com ausência de estabilidade econômica ao chegar numa cidade de Lisboa, onde sobressaía, como enfatiza o romance, o “fedor de vazante dos seus becos”; onde à noite cheirava “a butano, a fumo de farturas, à peste dos séculos idos, a mulas de frade e a fezes de chibo doente no ondeado do terreno vago” (ANTUNES, 2002, p. 17; 38). A pátria imaginada, que por séculos sustentou a imagem de um bem-sucedido império era, afinal, como pensou Pedro Álvares Cabral: “a cidade mais feia sobre a terra” (*Ibidem*, p.34).

Aparentemente, a Lisboa prometida não existia mais! Será que o Portugal prometido se desintegrou com Salazar? Certamente que sim, pois com o

romance de Lobo Antunes fica clara a destruição dos sentidos e das significações em torno do imaginário imperial, pois o espaço pós-colonial em *As naus* se encontra esvaziado de indícios que remetam a um passado glorioso.

Passando por uma placa que designava o edifício incompleto e que dizia Jerónimos esbarrámos com a Torre ao fundo, a meio do rio, cercada de petroleiros iraquianos, defendendo a pátria das invasões castelhanas, e mais próximo, nas ondas frisadas da margem, a aguardar os colonos, presa aos limos da água por raízes de ferro, [...] para o desamparo do mar que cheirava a pesadelo e a gardênia, achámos à espera, entre barcos e remos e uma agitação de canoas, a nau das descobertas. [...] Nunca encalhei, no entanto, em homens tão amargos como nessa época de dor em que os paquetes volviam ao reyno repletos de gente desiluda e raivosa, com a bagagem de um pacotinho na mão e uma acidez sem cura no peito, humilhados pelos antigos escravos e pela prepotência emplumada dos antropófagos. [...] a Terra que se transformara num deserto seco de ondas e de tágides, onde mesmo o vento dos búzios tinha por fim desaparecido (ANTUNES, 2002, p. 10 – 11; 200; 233).

Temos, nesse fragmento de *As naus*, o esvaziamento total da conotação simbólica de emblemas da época áurea dos descobrimentos: o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, símbolos da arquitetura marítima que condensam em suas construções a maestria dos êxitos dos portugueses nas viagens dos descobrimentos, durante o reinado de D. Manoel I, o rei Venturoso das expedições coloniais.

Tais símbolos da arquitetura imperial prestavam suporte espiritual, financeiro e militar aos empreendimentos marítimos de outrora, mas na cidade de Lisboa retratada no romance, apenas se esbarra com a Torre de Belém ao fundo, ainda sendo protegida pelos estrangeiros iraquianos; ou se passa por um edifício qualquer, cuja placa de identificação encontra-se incompleta – “Jerónimo”, que, mesmo sendo o sepulcro do herói do caminho das Índias e do poeta que imortalizou na poesia as façanhas marítimas portuguesas,

[...], transformara-se de imediato num monumento arcaico votado aos casamentos dos domingos e à patética celebração de glórias defuntas, no qual os escarpins reboavam, sobre as lajes côncavas, num fragor de estampidos (ANTUNES, 2002, p. 117).

Pensamos que as desconstruções que o autor desenha no cenário d'*As naus* intensificam o estranhamento em relação a uma pátria, fomentando, desse modo, a crise no novo espaço pós-colonial. Sentir-se fora do lugar é um

sentimento comum demonstrado por todos os personagens regressados, no desembarque no aeroporto de Lisboa ou no Porto de Alcântara, segundo os relatos no romance.

Reunimos citações dos personagens Pedro Álvares Cabral – o primeiro retornado a introduzir as impressões no romance, Luís de Camões, Manoel de Sousa de Sepúlveda e o Senhor Francisco Xavier, respectivamente para percebermos, que é a decepção com o país que encontram o único sentimento comum entre os regressados:

E agora que o avião se fazia à pista em Lixboa espantou-se com os edifícios da Encarnação, os baldios em que se ossificavam pianos despedaçados e carcaças rupestres de automóvel, e os cemitérios e quartéis cujo nome ignorava como se arribasse a uma cidade estrangeira a que faltavam, para reconhecer como sua, os notários e as ambulâncias de dezoito anos antes (ANTUNES, 2002, p. 11 – 12).

Era uma vez um homem de nome Luís a quem faltava a vista esquerda, que permaneceu no Cais de Alcântara três ou quatro semanas pelo menos, [...] Ao atracarem em Lixboa o maneta [Dom Miguel de Cervantes Saavedra] e o reformado [Vasco da Gama] ajudaram – no [ao homem de nome Luís] a depositar a urna, [...] Então sentou-se na urna com a água aos seus pés sem lograr distingui-la, salvo o ofegar do rio que se distanciava e avançava, e onde desembocavam os esgotos de Lixboa [...] Em África, ao contrário daqui, o meu nariz palpava os odores e alegrava-se, as pernas conheciam os lugares de caminhar, [...] até a guerra civil dar um tiro no velho, me encafuar com o reformado e o maneta dos moinhos num porão de navio, e os perfumes e os rumores das trevas se me tornarem estrangeiros porque ignoro esta cidade [Lisboa], porque ignoro estas travessas e as suas sombras ilusórias, [...] (*Ibidem*, p. 19; 21 – 22; 28).

[...] a tomar o avião para Lixboa. Logo que tocou o pé no reyno e recuperou a bagagem [...] arredondou-se num táxi [...] E durante a viagem reconheceu sem alegria os largos e as avenidas quase desertas de Lixboa, que se sucediam numa monotonia [...] (*Ibidem*, p.77; 79).

[...] aconteceu aquela coisa comunista da revolução dos tropas [...] tomei um assento para o reyno. De início não soube o que fazer num sítio absurdo chamado Lixboa, [...] uma capital, amados filhos, desprovida de tabaco e algodão, mais antiga e quieta do que uma tia entrevada, cujos postigos e janelas desciam e trepavam encostas, voltadas, pestanejando chitas, [...] (*Ibidem*, p. 102 – 103).

No primeiro momento das narrações dos retornados nota-se o objetivo de mostrar que há um espaço deteriorado e despreparado como uma consequência econômica resultante da política imperial sustentada desde o

século XVI, desmentindo, assim, a insistente e intolerante ideia imperialista mantida mais recentemente durante a ditadura de Salazar.

Em *As naus* retornam a Lisboa não mais as caravelas com seus conveses e porões carregados de ouro, especiarias e tesouros arrancados do Oriente, mas sim “navios ferrugentos carregando as suas armas e os seus [soldados] mortos”; naus que tornavam “de África carregadas de colonos sem fortuna, de malucos que vendem as cinzas do pai” (ANTUNES, 2002, p. 52; 162).

Margarida Calafate Ribeiro, ao classificar certos tipos de romances, que assim como *As naus*, narram as viagens dos retornados a pátria idealizada, de “narrativas de regresso do pós-25 de Abril” (2004, p. 236), afirmando uma categoria narrativa do contexto pós-Revolução:

[...] assistimos a um movimento de repensar a nação, que, entre o espaço aberto pela revolução e a revisitação das ruínas do império, da guerra, do exílio, da ditadura ou da nossa própria história, tenta reimaginar o centro, já não enquanto espaço monolítico de representação de uma ficção nacional unificadora, mas no sentido em que Jacques Derrida o define, ou seja, como função aglutinadora de uma séria de imagens diversas, polifónicas e fragmentárias que compõem o retrato precário da nação que se dispersou (*apud* Hutcheon, 1996: 60).

O “movimento de repensar a nação” – destacado pela professora Margarida Calafate – dá início ao florescimento de uma renovada postura cultural diante da realidade pós-colonial. Novos discursos em torno da concepção que os portugueses tinham e passam a ter de si mesmos e das suas relações com a nova geografia portuguesa passam a ser viabilizados pelas produções literárias, marcando, assim, uma nova fase da história, em que a reflexão em torno do passado se baseia em um contexto menos fantasioso, a fim de que o consciente português seja moldado com um painel de imagens em que o passado e o presente acumulados, mesmo em conflito, sejam uma soma permitindo, desse modo, que outras formas culturais venham a constituir e a construir as contemporâneas memória e História nacionais.

“Eu estou a tentar a escrever aquilo que o Camões se esqueceu de escrever, ou não teve tempo... É uma exaltação dos valores nacionais...”

Os valores nacionais exaltados ironicamente por Lobo Antunes em *As naus* revelam uma realidade muito distante daquela cantada por Camões. Na verdade, o escritor contemporâneo está na *contramão* da ação literária do poeta, pois os valores e os referentes históricos destacados sarcasticamente no romance *As naus* satirizam os mesmos que são exaltados n'*Os Lusíadas*, embora não haja uma referência direta ao texto épico.

A satirização do “espelho textual” das históricas viagens marítimas, e, conseqüentemente, dos seus navegadores, os *carros-chefes* da política simbólica de Salazar é, sem dúvida, uma reformulação de valores vigentes tradicionalmente em Portugal (RIBEIRO, 2004). Em contrapartida, não há como ler em *As naus* os efeitos desastrosos da descolonização e não estabelecer intertextualidade com as falas do Velho do Restelo, no canto IV, do épico Camoniano.

Durante a leitura do romance, sob o caos transbordante que invade a Lisboa pós-colonial, parece ressoar a voz rascante do velho à beira da praia do Restelo, desenhando um cenário de condições míseras para o futuro português. O tom ameaçador das profecias do Velho do Restelo quanto ao desastroso desfecho do sistema colonial, que já despontava no cenário do ainda império português em pleno século XVI, são o foco das imagens produzidas em *As naus*, que se endereçam para um desmonte da estrutura simbólica do império, a partir do caos instalado com o seu fim, encaminhando, assim, um dos desdobramentos culturais disseminados pela Revolução: a desmistificação dos referenciais imperiais sustentados pelos aparelhos de comunicação oficial da política imperial de Salazar.

Com a queda da ditadura, a sociedade portuguesa pôde ver o esvaziamento dos preceitos e dos valores salazaristas e o enaltecimento exarcebado da cultura expansionista. Tudo o que foi *sólido* no imaginário português por longos anos se *desmanchou no novo ar* da redemocratização portuguesa. Com a Revolução, anulou-se qualquer resquício da ideologia salazarista, diluindo-se, assim, grande parte dos referentes imperiais.

Para interrogá-los, no romance de Lobo Antunes as desconstruções dos tradicionais signos da cultura nacional são o eixo da ficção, gerando uma sequência de imagens distorcidas, recriadas com ironia que dá contornos significativos a uma sociedade que buscava a reconstrução da sua identidade

na contemporaneidade. Linda Hutcheon em *Poética do pós-modernismo* diz que “é a essa mistura do histórico e do fictício e a essa adulteração dos “fatos” da história [...] o principal meio de fazer com que o leitor se conscientize sobre a natureza específica do referente histórico” (1991, p. 122 – 123). Partindo desta definição crítica, podemos compreender a funcionalidade do jogo estético produzido pelo escritor Lobo Antunes ao longo do romance *As naus*, também nas considerações de Stuart Hall, quando argumenta que a comunidade imaginada é perpetuada pela narrativa da nação

[...] contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação (2005, p. 52).

Em um movimento semelhante, novos sentidos são disseminados por essa ficção, que, conseqüentemente, desmonta a ficção da História portuguesa. Camões, de fato, não teve tempo para escrever o fim da ficção imperial, mas certamente suas profecias quanto ao destino degradante do Império Português não ficaram restritas ao universo ficcional da literatura renascentista, mas também passaram a fazer parte, quatro séculos depois, da construção literária de uma nova história, a da realidade pós-colonial portuguesa no final do século XX, que se desdobra no romance de Lobo Antunes em uma sequência de cenas narrativas envolvendo os protagonistas da Idade de Ouro, nas quais situações formuladas e reformuladas resultam na desconstrução irônica da história portuguesa.

No romance, é marcante o sarcasmo presente na cena protagonizada pelos personagens D. Manoel e Vasco da Gama quando o rei lhe ordena o comando de uma singular empreitada, remetendo-nos a outra cena dos arquivos literários registrada n’*Os Lusíadas*. É o episódio do canto IV, quando D. Manoel reúne os seus conselheiros, após o sonho profético de que seria bem-sucedido no futuro empreendimento colonial, para notificá-los da nova empreitada marítima para o Oriente sob o comando de Vasco da Gama. Em *As naus* um narrador conta o “grande e grave cometimento” destinado ao ilustre navegador:

[...] quando o rei D. Manoel, instado pela preocupação das cortes, o chamou [Vasco da Gama] a Lisboa e lhe participou que o nomeara comandante de uma expedição de biólogos sudaneses enviados de submarino ao Pólo Norte a fim de estudarem as leis genéticas da reprodução dos pingüins (ANTUNES, 2002, p. 117).

Os personagens D. Manoel e Vasco da Gama também protagonizam no romance (em companhia de outras personalidades históricas) cenas inusitadas que vão moldando um painel cultural inesperado. Com esse romance, percebemos de que forma outros sentidos do discurso da História podem ser postos em cena.

A partir de recursos como este, o movimento intelectual de reestruturação dos valores culturais surgido após a Revolução adquiriu grandes dimensões nos campos literário e filosófico a partir da década de 1980, como enfatizam os professores Eduardo Lourenço (2005) e Margarida Calafate Ribeiro (2004) em seus respectivos estudos críticos.

Cultura e política: a construção da identidade

[...] encontrou um príncipe envelhecido afastando as moscas com o ceptro [...] D.Manoel despido da coroa de lata e do manto de arminho [...]
[...] a presenciar na Ericeira, na primeira semana de outubro, o desembarque do rei:
– D.Sebastião aparece das ondas num cavalo branco, [...] um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beiços amuados, vindo de Alcácer Quibir [...] pudemos observar [...] aguardando, ao som de uma flauta que as vísceras do mar emudeciam, os relinchos de um cavalo impossível.
(António Lobo Antunes, *As naus*)

Stuart Hall, ao considerar as implicações necessárias para a formulação de uma cultura nacional, afirmou que:

Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (2005, p. 50 – 51).

Como já foi afirmado, António Lobo Antunes, ao se valer dos recursos da ficção, aborda no romance *As naus* temas que envolvem a memória nacional, e a partir delas recria imagens e discursos inusitados, estranhos aos seus

contextos originais, que formam outras atmosferas culturais, exprimindo, assim, a ideologia de uma nova e democrática sociedade que surgia no cenário português.

Ao longo da História da humanidade a cultura foi um instrumento de manipulação política eficaz para dar sustentação aos sistemas governamentais. Como afirma Mariana Custódio, em seu artigo, sobre um dos romances do escritor:

De acordo com as propostas ideológicas de uma época, campanhas historiográficas sistemáticas, ensinadas através do sistema educacional, selecionam os fatos que devem ser lembrados pela nação e aqueles que devem ser esquecidos ou ligeiramente modificados. Do mesmo modo, a literatura, representante ficcional de uma sociedade, ao resgatar a história, reinterpreta, descreve ou desvela fatos ideológica e socialmente determinados (NASCIMENTO, 2007, p. 61 – 62).

Há, em Portugal, o exemplo dos subterfúgios políticos manipulados pela propagação da cultura imperial de Salazar, onde permanecer na África e, posteriormente, guerrear no solo africano era também uma missão divina, que desde o século XV acompanha os portugueses, e a qual tinham o dever de continuar cumprindo como uma farsa ideológica pautada na cultura dos desbravamentos marítimos e na obra literária d’*Os Lusíadas*.

Por isso apresentarmos na epígrafe desse tópico ícones da cultura nacional que são *desmascarados* quando ressurgem no romance *As naus*. Como um dos Reis de Portugal, D. Sebastião, uma das esperanças para o retorno do progresso português, que ainda sobrevivia no imaginário nacional, e a quem, inclusive, Luís de Camões dedicou *Os Lusíadas*.

A desmistificação e o esvaziamento da importância da figura de D. Sebastião se completa ironicamente no registro d’*As naus* de Lobo Antunes por meio da fala de Camões: “[...] ao encontro do rei maricas e do seu Estado-Maior em farrapos, [...]” (ANTUNES, 2002, p. 241).

Assim como D. Sebastião, outras personalidades da História das navegações, ao passearem entre “os vendedores de heroína”, ou pelos “bares de putas e de dancings equívocos” (ANTUNES, 2002, p. 176; 103) das ruas de Lisboa, têm a sua aura mítica completamente desnudada. Os personagens D. Manoel e Vasco da Gama exaltados pela ideologia do Estado Novo protagonizam em *As naus* uma das cenas mais significativas e engraçadas em

torno da validade da política imperial e da sustentação de ultrapassados valores culturais.

A história tem início quando o policial de trânsito, ao não reconhecer D. Manoel como o rei ou o governante de Portugal, prendeu-o junto com o personagem Vasco da Gama pelos motivos de D. Manoel estar sem a habilitação de motorista e estar alcoolizado:

[...] no polícia da brigada de trânsito que os mandou parar por alturas do motel de Oeiras, se apeou, a descalçar a lentidão das luvas, dos seiscentos escapes da sua motorizada japonesa e ergueu a mão num esboço vago de continência, Documentos. [...] D. Manoel procurava a carteira na blusa, nos bolsos do manto do arminho, no interior da armadura que transportava no banco traseiro do carro, de mistura com flechas de besteiro e uma metralhadora israelita e acabou por exhibir um pergaminho de caracteres góticos enrolado nos sucessivos sedimentos de lixo do tablier, [...] – Está escrito aí que sou o dono deste país, informou o monarca com simplicidade, designando as letras. [...] – Você cuida que isto são os santos populares? Pelo sim e pelo não sobre-me aqui o teste do álcool. [...] Ainda por cima o teste do álcool é positivo para a água-pé. Encoste-me essa bodega que a grua leva-a amanhã para a sucata, e saltem-me do calhambeque que tenho um quatinho do caraças à vossa espera na esquadra (ANTUNES, 2002, p. 185 – 187).

O prosseguimento das imagens traçadas nos dá a impressão de que é como se ambos estivessem no Juízo Final, tendo o povo no papel do grande juiz, cobrando as explicações que a História controla por séculos, como bem lembra Agustina Bessa-Luís ao trazer a declaração de Fernão Lopes: “A História é uma ficção controlada. A verdade é coisa muito diferente e jaz encoberta debaixo dos véus da razão prática e da férrea mão da angústia humana” (1986, p. 224).

É na imagem do julgamento que Lobo Antunes realiza uma das mais destacáveis cenas da desmistificação dos benefícios de se ter mantido uma política imperialista. Nesse momento do romance, o autor coloca o agente principal dessa política de outrora, na raiz do problema: o rei D. Manuel, conhecido como o maior empreendedor das navegações marítimas, e com ele o executor das armadas, Vasco da Gama, em um julgamento popular. Perante a nação portuguesa, eles têm de prestar contas da conversão de um passado

glorioso em um presente de ruínas (ANTUNES, 2002, p. 188 – 189; 191; 193 – 194).

No entanto, a realidade na cidade de Lisboa já não era esplendorosa muito antes da Revolução. O romance *As naus* também denuncia as práticas corruptas que alicerçavam o sistema colonial na África portuguesa,

Os tropas retiravam papéis dobrados da carteira e espalhavam no feltro brilho de pedras minúsculas, trocadas por bisnagas de repelente ou ampolas de quinino aos negros que mergulhavam no rio Cambo em busca dos cristais adormecidos nas areias do fundo. Manoel de Sousa de Sepúlveda, [...] acendia um foco mais diáfano do que o pó-de-arroz das viúvas, cegava o olho esquerdo com uma lupa de relojoeiro, e procedia ao exame litúrgico dos diamantes, [...] arrumava então a jóia num sacrário escondido por uma cortina de folhos, e aguardava a sexta-feira em que o amigo inspector da Pide, manganão de bigode que carregava nos espirituosos, ia jantar lá a casa o coelho habitual, para lhe passar a camanga que o polícia, depois de sumir a sua comissão nas profundas das calças, enviava à Zâmbia por um portador de confiança, e o careca [Manoel de Sousa de Sepúlveda] recebia o chequezinho da Holanda ou da Bélgica [...] (2002, p. 74 – 75).

Tinha-me casado [Sr. Francisco Xavier] com a filha adolescente do comerciante branco depois de o convencer, numa sala desabitada de móveis, com meia dúzia de notas persuasivas e a notícia de que a Judiciária se interessaria decerto por uns traficozitos de selvagens entre Nampula e a Beira, e três anos volvidos, quase dia após dia, aconteceu aquela coisa comunista da revolução dos tropas[...] (*Ibidem*, p. 102).

Temos ainda registro dos sacrifícios a que milhares de colonos portugueses foram submetidos ao serem incentivados pelo governo a emigrar para as antigas colônias no Ultramar em busca do enriquecimento, que só se sucedeu a uma minoria corrupta, como vimos no caso, acima relatado, do personagem Manoel de Sousa Sepúlveda – contrabandista de diamantes em Angola durante a colonização. Um comércio ilegal que perdura por muito tempo já na Angola pós-colonial, como apresenta o romance *Boa tarde às coisas aqui em baixo*.

Temos, enfim, em *As naus* uma representação do abrangente universo da cultura portuguesa, de que o escritor nos dá uma amostra, mesmo que ficcional, o retrato de uma sociedade em ebulição, iniciando suas metamorfoses cultural, social e política. O leitor percorre diversos momentos históricos da sociedade portuguesa através das referências evocadas ao longo do romance: Inês de Castro, Paulo da Gama e a prisão em Tarrafal, passando

em revista os agentes e instituições que, de certo modo, fizeram parte da engrenagem imperial portuguesa ao longo dos séculos.

O surgimento deste romance com todas as suas peculiaridades significativas apontava para o fim de um ciclo político da história portuguesa e indicava a construção de uma identidade pautada em valores culturais entrelaçados em sua história recente. As narrativas do romance se desenvolvem “no meio de tanta odiosa claridade que despia as pessoas da misericórdia das suas próprias sombras” (ANTUNES, 2002, p. 237). São os portugueses retornados que não reconheceram a sua Lisboa imaginada e nem nela se reconheceram no pós-25 de Abril.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Poemas Escolhidos*. Org. Vilma Arêas. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANTUNES, António Lobo. *As Naus*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

_____. *Exortação aos Crocodilos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

_____. *Boa Tarde às Coisas Aqui em Baixo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

_____. “Ninguém em Portugal escreve como eu” – entrevista concedida a Inês Pedrosa. *In: Ler: Livros e Leitores*. Portugal, n.2, Primavera, 1988, p. 70 – 73.

_____. “As Naus é o melhor livro” – entrevista concedida / perfil por Luís Almeida Martins. *In: JL: Jornal de Letras, Arte e Ideias*. Lisboa, Ano VIII, n. 300, 5/11 abr. 1988, p. 7 – 12.

_____. *In: Jornal Tempo*. 29 de janeiro, 1987, p. 31.

BESSA-LUÍS, Agustina. *Adivinhas de Pedro e Inês*. Lisboa: Guimarães, 1986.

BETHENCOURT, Francisco. “Desconstrução da Memória Imperial: Literatura, Arte e Historiografia”. *In: Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Orgs.: RIBEIRO, margarida Calafate e FERREIRA, Ana Paula. Porto: Campo das Letras, 2003.

CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos J. F.; ZURBACH, Christine (Orgs.). *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes: Actas do Colóquio Internacional da Universidade de Évora*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

CAMÕES, Luís de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.

FARIA, Ângela Beatriz Carvalho de. “A Revolução de Abril: A Invenção da Liberdade”. *In: Semear 5*. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

GOMES, Renato Cordeiro. "O Intelectual e a Cidade das Letras". *In: O papel do intelectual hoje*. Orgs.: MARGATO, Izabel e GOMES, Renato Cordeiro. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

HAMILTON, Husel. "Introdução". *In: África & Brasil: Letras em Laços*. Coordenação: SEPÚLVEDA, Maria do Carmo e SALGADO, Maria Teresa. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: História, Teoria e Ficção*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumento, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JAMESON, Fredric. "A Utopia Contemporânea". *In: D6 Cultura*. O Estado de S. Paulo: Domingo, 12 de fevereiro de 2006.

LOURENÇO, Eduardo. "Divagação em torno de Lobo Antunes". *In: A escrita e o mundo em António Lobo Antunes: Actas do Colóquio Internacional da Universidade de Évora*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

_____. *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2005.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: Portugal em Transe*. V. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado: Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NASCIMENTO, Mariana Custódio. "Ficção, Memória e Esquecimento: A Propósito de *Exortação aos Crocodilos*". *In: Teia Literária: Revista de Estudos Culturais: Brasil – Portugal – África*. N. 1. Jundiaí, SP: Gráf. Visão Jundiaí, 2007.

PACHECO, Fernando Assis. *A Musa Irregular*. Porto: Asa, 1996.

PIGLIA, Ricardo. *Tres Propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Portugal: Publicações Europa-América LTDA, 2005.

SECCO, Lincoln. *25 de Abril de 1974: a Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SEIXO, Maria Alzira. *Os Romances de António Lobo Antunes*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

STUART, Hall. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Internet:

AFONSO, José. *Grândola, Vila Morena*. Disponível em: http://www.citi.pt/cultura/musica/musicos/jose_afonso/grandola.html. Acesso em: 2 ag. 2007.

HOLANDA, Chico Buarque de. *Tanto Mar*. Disponível em: <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/buarque-tantoMar.html>. Acesso em 10 de agosto de 2007.

_____. *Tanto Mar*. Disponível em <http://letras.terra.com.br/chico-buarque/45178/> Acesso em 10 de agosto de 2007.

Raquel Cristina dos Santos Pereira
Mestre em Letras (Literatura Portuguesa) PUC, 2008
Doutoranda em Literaturas Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa pela UFRJ
Editora da Revista *Teia Literária*
Bolsista CAPES